



Prof. Juliano Marques

COLONIZAR PARA NÃO PERDER

Receando perder a sua colônia para outros países europeus, Portugal resolveu iniciar a colonização do Brasil em 1534, fundando a vila de São Vicente (perto da cidade de São Paulo) quando iniciou o sistema de Capitanias Hereditárias. O período de colonização efetiva iniciou em 1534 e terminou em 1808, quando a família real portuguesa se transferiu para o Brasil acabando com o Pacto Colonial.

O Pacto Colonial é o termo utilizado pelos historiadores para definir a relação entre colônia e metrópole, onde a colônia só poderia produzir o que fosse rentável para a metrópole. Além disso, a colônia estava obrigada a realizar comércio só com a metrópole: monopólio colonial ou Exclusivo Metropolitano. Enquanto vigorou o Pacto Colonial, o Brasil não se desenvolveu, pois todas as suas riquezas iam direto para Portugal. Para muitos economistas e Historiadores, a economia portuguesa entre os séculos XVI e XIX era totalmente dependente do Brasil.

Através do sistema de Capitanias Hereditárias e de Governo Geral, a Coroa portuguesa assegurava sua posse sobre a colônia brasileira. No entanto era necessário dominar e fazer com que esta colônia gerasse riquezas para a metrópole, dando um “sentido” à colonização.

O sentido da colonização é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância, como o açúcar, o algodão, o ouro etc.

Para conseguir os seus objetivos, era preciso ocupar, isto é, espalhar população portuguesa pelo imenso territorial colonial, que levaria ainda muitos anos para ser conhecido, isto porque o território colonial era muito maior que o da potência colonizadora.

Na segunda metade do século XVI, começou a estruturar outras atividades econômicas, que constituiriam a base do sistema colonial. Uma dessas atividades foi a introdução do cultivo da cana-de-açúcar enquanto fator de colonização. Vários fatores influenciaram a metrópole a optar pelo cultivo da cana-de-açúcar, entre eles destacam-se: o produto era considerado uma especiaria na Europa e isso elevava o seu preço, mesmo possuindo um amplo mercado consumidor; o clima e algumas faixas do território brasileiro eram adequados à sua produção e os portugueses já conheciam o sistema de plantação deste produto, experimentado com sucesso em outras colônias sob sua supervisão.

Entretanto, o caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribuiu a terra. No início da colonização só há uma riqueza: a terra; daí a agri-

cultura, em maior escala, e a pecuária serem a formas de exploração dominantes, ambas subordinadas à posse da terra. Dessa forma, a economia agrária colonial será movida pela grande propriedade colonial (latifúndio). Mas devemos deixar claro que esta grande propriedade colonial não se caracteriza tão somente pela extensão territorial. A utilização de mão-de-obra escrava também é um fator determinante para a grande propriedade agrícola. Assim, podemos dizer que o determinante de um latifúndio no Brasil não deve ser medida pela somente pela extensão territorial, mas pela tipologia da sua exploração agrícola: o que e como se explora a terra.

A grande propriedade (latifúndio), o cultivo de um único produto (monocultura) e o trabalho compulsório (escravidão) são formas que se combinam e completam e que caracterizam a estrutura econômica da América Portuguesa.

Se a função da colônia é gerar lucros para a metrópole, a introdução do cultivo da cana-de-açúcar servirá para alcançar este objetivo, contudo deveria obedecer a alguns critérios: a) a produção deveria ser muito volumosa, pois só assim geraria lucros satisfatórios – para isso deveria ser produzida em grandes quantidades e em grandes propriedades (latifúndios); b) a produção deveria ser exclusiva, isto é, concentrada num único produto, para que atingisse as quantidades necessárias à obtenção de lucros (monocultura); c) a mão-de-obra deveria ser a mais barata possível, para não comprometer os lucros. A solução encontrada foi, então, a escravidão. Temos aí a base fundamental da colonização de exploração: latifúndio, monocultura e escravidão.

A economia colonial agrícola baseada na monocultura, no latifúndio e na escravidão, tinha o seu funcionamento voltado para o mercado externo, transferindo o capital para a metrópole, que controlava a circulação mercantil, contribuindo, desta forma, para a acumulação primitiva de capital.

A sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária.

Principais características da sociedade açucareira: a) rigidamente estratificada; b) a vida era basicamente rural; c) o centro da vida era o engenho; d) o patriarcalismo era muito forte. Enfim a sociedade era agrária, escravista, aristocratizada e patriarcal.

Contudo, não era somente a cana-de-açúcar que se plantava no Brasil. Ao lado da atividade exportadora, desenvolveu-se o setor de subsistência, sempre dependente dela. A agricultura de subsistência, destinada ao mercado interno e à manutenção da colônia, baseava-se na pequena propriedade, na policultura, na produção para o consumo interno e no trabalho do próprio lavrador.